

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 015, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar a quantia de R\$108.880,42 (cento e oito mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos) à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Eldorado do Sul – APAE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a quantia de R\$108.880,42 (cento e oito mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos) à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Eldorado do Sul, inscrita no CNPJ nº 94.068.509/0001-10.

Art. 2º A quantia será repassada em 11 (onze) parcelas mensais de R\$ 9.898,22 (nove mil oitocentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos).

§1º O repasse da primeira parcela somente será liberado após a aprovação da prestação de contas referente ao repasse previsto pela Lei Municipal nº 4.066/14.

§2º Os recursos doados serão destinados para atendimento de até 60 (sessenta) pessoas.

§3º O valor a ser repassado é proporcional ao número de participantes do Projeto, devendo ser mantida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), sendo que caso haja desistência, faltas não justificadas ou evasão serão deduzidas das liberações posteriores o valor de R\$ 164,97 (cento e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos) relativo a cada participante.

Art. 3º A APAE deverá prestar contas ao Município da importância recebida mensalmente até 60 dias após o recebimento.

§1º Na prestação de contas deverá ser apresentado todos os comprovantes legais, como por exemplo: notas fiscais, RPA, comprovante de recolhimento do INSS e do FGTS.

§2º Em caso de realização de despesas para aquisição de produtos e serviços, deverá a APAE realizar no mínimo três orçamentos, devendo as cópias destes acompanhar a prestação de contas.

§3º Caso seja contratado profissional, este deverá estar devidamente registrado em seu conselho profissional.

§4º O profissional contratado não poderá receber mais do que o dobro do valor fixado pelo referido conselho para a sua atividade profissional, caso haja necessidade de extrapolar este limite deverá ser convocada assembleia geral, com a participação dos seguintes órgãos: CMAS, Gestor Municipal e Conselho Fiscal da entidade.

§5º A inobservância das disposições constante neste artigo acarretará na suspensão imediata dos repasses e na devolução dos valores indevidamente aplicados.

Art. 4º Na prestação de contas, a APAE deverá cumprir as seguintes exigências:

I – demonstrar que os valores repassados não foram utilizados para pagamento de férias e décimo terceiros;

II – comprovar a frequência dos alunos;

III – apresentar certidões negativas do INSS, FGTS, receita federal e municipal;

IV – apresentar, discriminadamente, todas as despesas relativas as receitas recebidas do Município;

V – em caso de dispensa de algum profissional, este deverá ser imediatamente substituído, ou em caso de dificuldade deverá a APAE comunicar ao CMAS;

§1º A entidade deverá manter em dia todos os pagamentos, não sendo aceito a utilização da verba a ser repassada para pagamento de juros.

§2º O Conselho Municipal de Assistência Social fará visitas a entidade para avaliação do trabalho social vinculado ao projeto apresentado no Processo Administrativo nº 119685, bem como para verificação da área contábil e administrativa, independente de aviso prévio.

§3º Todos os profissionais, relacionados no projeto original, que atuam na área terapêutica, necessariamente, deverão ser contratados.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 5444 - Crédito Orçamentário; Órgão: 07 – Secretaria de Assistência Social e Trabalho; Unidade Orçamentária: 03 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS; Funcional 082440136; Projeto: 2074000 – Apoio à Entidades Sociais; Elemento: 3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções sociais; Recurso: 1031 – FMAS.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 06 de fevereiro de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária da Administração em substituição

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos Nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº xxx, de 06 de fevereiro de 2015, que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar a quantia de R\$108.880,42 (cento e oito mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos) à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Eldorado do Sul – APAE, e dá outras providências.”*

O presente Projeto de Lei tem por finalidade auxiliar financeiramente a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Eldorado do Sul.

É de conhecimento notório que a referida entidade presta relevante serviço de caráter assistencial a comunidade eldoradense.

A presente proposta contempla o pedido formulado pela APAE, o qual apresentou o respectivo projeto de subvenção, através do Processo Administrativo 119685.

A subvenção a ser repassada foi deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Eldorado do Sul, e está vinculada à utilização para os fins específicos da entidade beneficiada.

A APAE deverá prestar contas dos valores repassados, nos termos constantes nos arts. 3º e 4º do presente projeto, sob pena de suspensão do auxílio, com a devida devolução dos valores irregularmente aplicados.

Por fim, cabe salientar que a presente proposta cumpre o disposto no art. 203, IV da Constituição Federal.

Sendo assim, contando com a costumeira atenção, aguardamos manifestação dos nobres Edis com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal